

CARTA DA ÁGUA DA ESTÂNCIA DE SÃO PEDRO

Estância Turística de São Pedro – Novembro de 2015.

O cenário mundial de escassez e falta de recursos hídricos e a importância que esse tema apresenta levou-nos – Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos do estado de São Paulo – a uma mobilização e a um posicionamento a respeito.

As diretrizes apresentadas a seguir são desejadas e orientadas como uma postura técnica e profissional a ser adotada por todos os profissionais que se deparam, reconhecem e querem ajudar profissionalmente na sua área de atuação, com ações de curto, médio e longo prazo, visualizando mitigar tais problemas.

Como ação política comum, recomenda-se que os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos devem ajudar a implementar práticas efetivas para acompanhar e fiscalizar ações de ordem hídrica em todos os níveis das áreas das Engenharias e Arquitetura reconhecidas pelos seus Conselhos.

A classe dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos solicita uma Legislação mais objetiva para o bom uso da água e uma punição efetiva para o mau uso extensiva a TODOS os níveis de usuários, sejam eles usuários de serviços privados ou públicos.

O grupo recomenda um Planejamento hídrico responsável no estado de São Paulo que una todas as bacias hidrográficas, por meio de uma ação integrada dos Comitês de Bacias, gerando atividades em comum nesse fórum.

O planejamento urbano deve recomendar o uso de parques lineares integrando empreendimentos imobiliários e demais áreas urbanas. Uma efetiva defesa das nascentes e córregos é considerada uma obrigação de todos os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos do estado de São Paulo, que devem estar sempre atentos a defender um macro plano de ocupação do solo interligando áreas rurais como uma proposta de zoneamento ambiental.

Nesses projetos, a Taxa de Permeabilidade dos solos deve ser um código de postura por meio de estudos técnicos prévios aos lançamentos urbanísticos.

Nas cidades deverá haver o incentivo à implantação de reservatórios de retenção estendidos, bem como a trincheiras de infiltração, bacias de infiltração e *Rain Gardens*, além de investimentos na diminuição das perdas nas redes de distribuição antes do ponto de consumo, tendo como meta dos municípios o máximo de 10% de perdas do sistema.

Os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos do estado de São Paulo recomendam, como parte do plano de investimento de TODAS as concessionárias e empresas do sistema, uma efetiva troca (substituição) de 2% da rede de água anualmente, de tal modo que, no prazo de 50 anos, a rede venha a ser substituída integralmente, recomeçando, assim, um novo ciclo. Sugerem também a implantação de hidrometria como forma de controle de vazamentos, inclusive por meio de incentivo ao controle de perdas físicas de redes com macro medidores telemetrizados.

A Classe considera primordial que na área da Educação, principalmente nas escolas de Ensino Fundamental, haja um acompanhamento no desenvolvimento e implementação do tema transversal Meio Ambiente, em seus planos de Política Pedagógica.

Uma política de fomento ao incentivo de uso da energia fotovoltaica como forma de co-geração e distribuição no sistema único, tendo em vista a diminuição do uso de água para esse fim também deve ser considerada.

As áreas de preservação ambiental, tais como: Área de Preservação Permanente - APP, Reserva Legal - RL, Área de Proteção dos Mananciais - APM, área de Proteção Ambiental - APA, entre outras, são fundamentais para a produção de água e para evitar o assoreamento de córregos e nascentes. O grupo chama a atenção para o fato de que essas áreas carecem de incentivo governamental para sua manutenção ou recuperação e de parcerias com as prefeituras para recomposição florestal das APPs, nas quais o órgão público entraria com a demarcação e a doação das mudas e o proprietário com o plantio

e a manutenção, o que poderia ser um passo importante contra a inércia no acréscimo das áreas de matas ciliares do estado.

Os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos do Estado de São Paulo, reunidos na Estância Turística de São Pedro, entendem que os profissionais do Sistema devem participar ativamente na revisão dos Planos Diretores de seus municípios e dos Conselhos Municipais. Pedem, em contrapartida, a participação de seus Conselhos com ações proativas de forma a Normalizar, via ABNT, o reúso de esgotos sanitários e estimular a criação de um marco regulatório para esse fim.

As Associações dos Engenheiros e Associações dos Arquitetos no Estado de São Paulo devem divulgar e incentivar a implantação de IPTU Verde nos municípios e que seja sugerido às prefeituras que novas edificações contemplem cisternas e individualização da medição. Como modelo de IPTU verde sugerimos o adotado pela prefeitura de Guarulhos, SP.

Nos ambientes rurais, os Engenheiros e Arquitetos recomendam que todo projeto agrônômico, ou de pastagem, deve conter curvas de nível como forma de reter água das chuvas. Os profissionais devem sempre buscar a recuperação da reserva legal em reflorestamentos e fazerem uso de outras práticas conservacionistas do solo sempre que possível, como, por exemplo, optar pelo plantio direto.

Os Engenheiros e Arquitetos dos Sistemas solicitam uma efetiva fiscalização do DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica sobre a obrigação de outorga para todos os poços tubulares profundos e captações de água em lagos e córregos, o que permitirá o aumento da oferta de água. Essa prática permitirá também uma melhor fiscalização de diversos setores da sociedade organizada, entre estes, a promoção da saúde.

As Leis específicas dos mananciais também devem ser aplicadas, bem como a proteção, preservação e recuperação efetiva das nascentes e dos córregos. Observam, ainda, que trincheiras de infiltração e bacias de contenção podem ser utilizadas ao longo de estradas rurais como forma de conter o carregamento de solos lixiviados aos corpos de água.

O grupo reconhece o certificado FSC – *Forest Steadship Council* como um certificado de boa origem de madeira de reflorestamento ou de manejo sustentável a ser usada para os devidos fins e recomenda que os reflorestamentos no estado de São Paulo busquem essa certificação. Dentre os controles estabelecidos por essa norma, reconhece a grande valia da retirada e erradicação de espécies exóticas invasoras das áreas de proteção e conservação. Recomenda ainda que as prefeituras estabeleçam nos editais de obras públicas, bem como para a obtenção de alvarás, a comprovação da utilização de madeira certificada em sua origem.

Os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos recomendam a preferência pelo uso de materiais de origem sustentável na Construção Civil e na produção de produtos industriais bem como sugerem a aplicação de ferramentas da Engenharia Sustentável na produção industrial. Entre essas práticas citam-se exemplos de reúso de esgotos sanitários tratados e ferramentas de produção mais limpas, além da certificação ISO 14.000 em unidades industriais e de serviços – certificação também recomendada às Prefeituras.

Os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Técnicos e Tecnólogos propõem uma revisão "tecnológica" da linha louças e metais, aplicando tecnologia efetiva de controle de consumo. Lembram, ainda, que o uso de bacias acopladas de baixo consumo impacta a efetiva diminuição deste. A individualização da medição deve ser uma prática para os condomínios residenciais, comerciais e industriais.

Assinado: Presidentes das Entidades de

Classe

FAEASP

Plenária de Novembro de 2015